

RELATÓRIO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS- RSB 2016

Brasília, 20/09/2017



Instrumento da PNSB

Lei 12.334/2010

Art. 6º São **instrumentos** da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB):

(...)

VII - o Relatório de Segurança de Barragens.



Competências do CNRH

art. 35 da Lei 9.433/10:

- XI - **zelar pela implementação** da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB); (Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010)
- XII - estabelecer **diretrizes** para implementação da PNSB, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB); (Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010)
- XIII - **apreciar** o Relatório de Segurança de Barragens, fazendo, se necessário, **recomendações** para melhoria da segurança das obras, **bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional.** (Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010)

(RESOLUÇÃO CNRH nº144/2012 alterada pela Res.178/2016)

(de 1 de outubro de 2015 até 31 de dezembro de 2016)

até **30 de setembro** – ANA envia formulários aos fiscalizadores para o RSB de competência daquele ano. (realizado para o RSB 2016)



em seguida – órgãos fiscalizadores solicitam aos empreendedores informações sobre suas barragens. (realizado para o RSB 2016)



até **31 de janeiro de cada ano** – empreendedores respondem aos fiscalizadores. (realizado para o RSB 2016)



até **30 de abril do ano seguinte** – fiscalizadores enviam informações à ANA. (realizado para o RSB 2016)

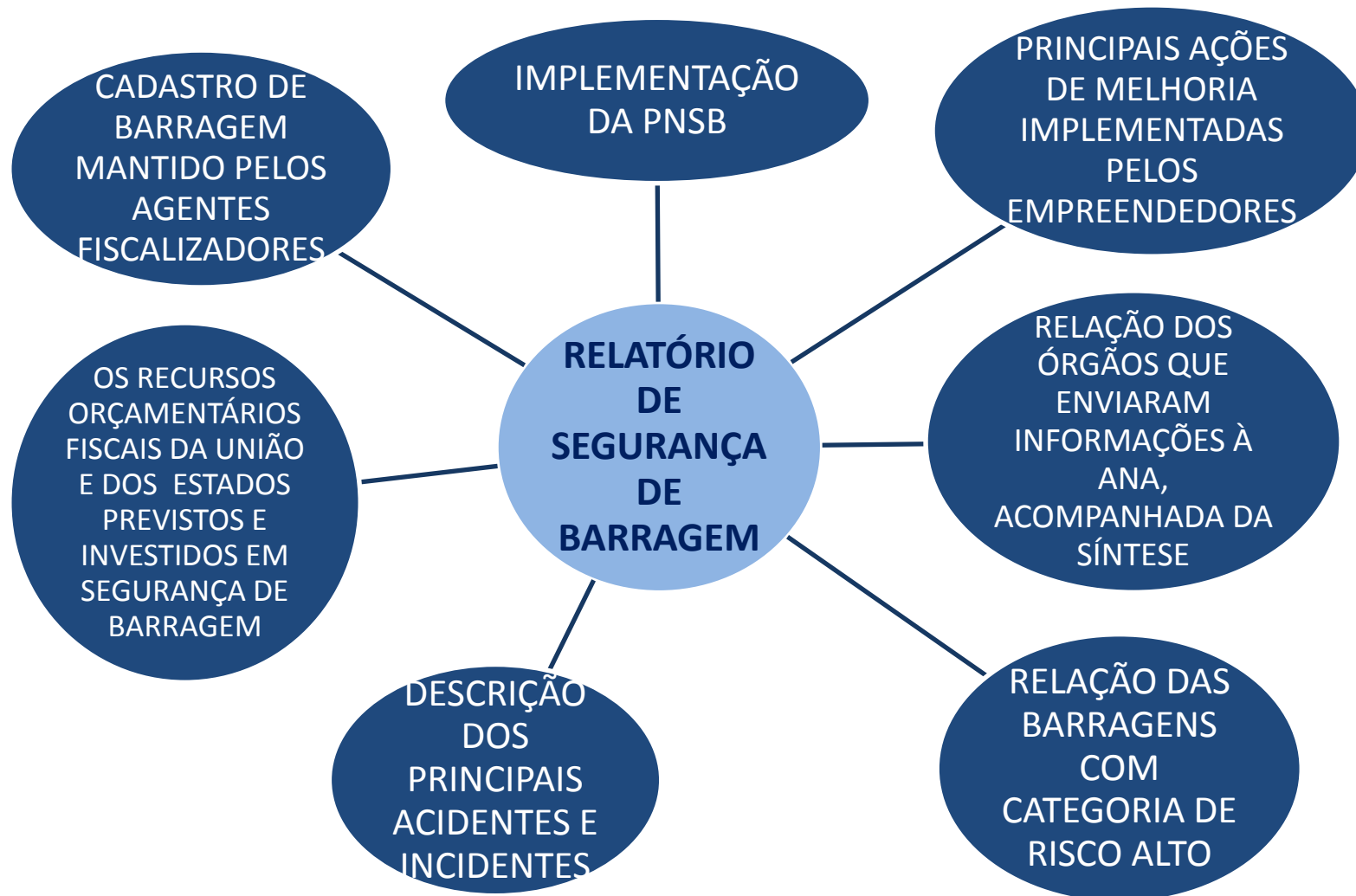


até **31 de agosto** – ANA encaminha o RSB, de forma consolidada, ao CNRH, (realizado para o RSB 2016)



até **31 de dezembro** – CNRH envia o RSB ao CN até 31 de dezembro.

RES. CNRH Nº 144/2012, art. 7º



QUAL A IMPORTÂNCIA DO RELATÓRIO (ANUAL) DE SEGURANÇA DE BARRAGEM?

- Registrar os avanços na implementação da PNSB.
- Servir como um veículo de divulgação da situação da segurança das barragens brasileiras.
- Fomentar a cultura da segurança de barragem.
- Sensibilizar o Congresso Nacional para importância do tema.

ELABORAÇÃO

- Para o RSB 2016, a ANA solicitou informações por meio de formulários encaminhados a **43 entidades** fiscalizadoras da segurança de barragens, das quais **36 responderam**;

EMPREENDEDOR IDENTIFICADO

- Até o momento 3.174 barragens são enquadradas na PNSB, **com empreendedor identificado** (de um universo de 22.920 que se tem notícia).

BARRAGENS QUE PREOCUPAM

- Foi perguntado aos fiscalizadores sobre as barragens que preocupam: nove deles responderam, listando um total de 25 barragens

CLASSIFICAÇÃO

- 3.691 barragens classificadas quanto à CRI (29% alta);
- 4.159 barragens classificadas quanto ao DPA (55% alto);
- 695 barragens classificadas simultaneamente com DPA e CRI altos.

ACIDENTE

- No período de vigência deste RSB foram relatados 6 acidentes e 17 incidentes com barragens;
- Destaque para o rompimento da barragem de Fundão, pertencentes à mineradora Samarco S/A, em Mariana/MG, que ocasionou a **morte de 19 pessoas e um grande impacto ambiental em toda a bacia do Rio Doce;**

REGULAMENTOS

- 18 regulamentos foram publicados no período de abrangência do relatório;
- Houve também a publicação da Resolução CNRH Nº 178, de 29 de junho de 2016 que alterou a Resolução CNRH nº 144, de 10 de julho de 2012

RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS PARA BARRAGENS PÚBLICAS DA UNIÃO

- foram previstos cerca de 116 milhões de reais e liquidados apenas 5 milhões.
- O montante de recursos alocados indica uma elevação de 52% em relação à Lei Orçamentária de 2015. Entretanto o valor realmente gasto correspondeu à metade do ano anterior.

VISTORIAS REALIZADAS

- houve um aumento significativo do número de barragens vistoriadas pelas equipes de fiscalização, passando de 701, em 2015, para 927 no período de vigência deste RSB.
- Importante destacar que parte considerável do aumento ocorreu por fiscalizadores federais.

PLANO DE SEGURANÇA

- aumento de cerca de 71% com relação aos PSBs declarados para o RSB 2015.
- houve um aumento, comparativamente ao ano anterior, de 345 para 642 inspeções regulares realizadas.
- No que se refere aos PAEs, os fiscalizadores informaram que somente 336 barragens o possuem, sendo 92% delas referentes a contenção de rejeitos de mineração.

Destaques no RSB 2016

- a conclusão da primeira fase do SNISB;

www.snisb.gov.br

- publicação, pela ANA, do Manual do Empreendedor e do Fiscalizador



Manual do Empreendedor sobre Segurança de Barragens



RECOMENDAÇÕES RSB 2016

Para os empreendedores:

- comecem a **cumprir as obrigações legais**, mesmo antes da determinação da respectiva entidade fiscalizadora. A eventual mora fiscalizatória não exime o empreendedor de cumprir suas obrigações.
- elaborar os **Planos de Ação de Emergência** com a participação da comunidade a jusante, contando, para isso, com o apoio da Defesa Civil



Para as entidades fiscalizadoras:

- aumentem os esforços na **regularização de barragens** quanto a outorga, licenças e outros instrumentos, e na **classificação** para fins de avaliação quanto ao enquadramento na Lei.
- **regulamentem** os artigos da Lei 12.334/2010. Alguns fiscalizadores ainda não publicaram seus regulamentos sobre segurança de barragem.
- **classifiquem** as barragens sob sua jurisdição para fins de aplicação de exigências quanto à frequência de vistorias e elaboração de PSBs.
- realizem ou intensifiquem suas **vistorias**.
- busquem avaliar a situação de cada barragem, de modo a **priorizar ações** de fiscalização.

RECOMENDAÇÕES RSB 2016

Para o Congresso Nacional

- Qualquer **mudança na Lei 12.334/2010**, no âmbito do Congresso Nacional, seja **amplamente debatida** com a comunidade técnica, com as entidades fiscalizadoras de segurança de barragem e com a sociedade, de modo a suprir as deficiências identificadas.

Obrigada pela atenção!

Fernanda Laus

Coordenação de Regulação de Serviços Públicos e da Segurança de Barragens

fernanda.aquino@ana.gov.br | (+55) (61) 2109 –5389

www.ana.gov.br



facebook



www.twitter.com/anagovbr

www.facebook.com/anagovbr

www.youtube.com/anagovbr